

Ruy Moreira

PARA ONDE VAI O
PENSAMENTO GEOGRÁFICO?
por uma epistemologia crítica



editora**contexto**

Copyright© 2006 Ruy Moreira

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Foto de capa

Jaime Pinsky

Montagem de capa

Gustavo S. Vilas Boas

Diagramação

Mariana Vieira de Andrade

Revisão

Alicia Klein

Ruth Mitzuie Kluska

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moreira, Ruy

Para onde vai o pensamento geográfico? : por uma epistemologia
crítica / Ruy Moreira. – 1.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo :
Contexto, 2008

ISBN 85-7244-330-4

1. Geografia 2. Geografia - Filosofia 3. Geografia humana
4. Geografia - Metodologia I. Título

06-2586

CDD-910.01

Índice para catálogo sistemático:

1. Geografia : Teoria 910.01

EDITORA CONTEXTO

Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa

05083-030 – São Paulo – SP

PABX: (11) 3832 5838

contexto@editoracontexto.com.br

www.editoracontexto.com.br

2008

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.



*Para dona Regina, minha mãe, com quem
aprendi que ser-um-homem-no-mundo e
ser neutro é um projeto impossível.*

A ECONOMIA DO ESPAÇO-MUNDO-DAMERCADORIA

A economia é o terço final do modelo N-H-E. Sua função é unificar os dois terços anteriores numa organização unificada, tomada a lógica do mercado como o elo de unidade e unificação dos elos e do espaço. Vejamos este encontro e como este terço fecha e amarra a estrutura N-H-E.

O que concebemos por economia na geografia

A natureza insensível e o homem estatístico se encontram no espaço da economia. A primeira aparece como estoque de recursos e o segundo, como necessidades de consumo. Para juntá-los numa só equação, aparece a teoria do mercado como agente principal da organização material da sociedade moderna, orientada na teoria do valor-utilidade-marginal.

Indústria: o pólo germinativo

O estudo da indústria geralmente inicia o estudo da geografia econômica. A indústria é vista como atividade de transformação. Ela retira do meio a matéria-prima sob a forma natural, como a natureza a produziu, e a ela devolve sob uma forma que a natureza jamais produziria. Por isso, é também uma atividade de interação. Ela recolhe a produção que usará como matéria-prima de outras áreas e envia para outras áreas os produtos que produziu, a fim de oferecer-lhes como bens de consumo, estruturando com elas uma relação

de montante e jusante, criando o espaço industrial. George assim caracteriza esse espaço:

A organização do espaço industrial não se distingue apenas do espaço agrícola por uma diferença de natureza. Repousa sobre as estruturas técnicas originais, cujo impacto nada tem de comum com as formas de ocupação do espaço agrícola. Essas diferenças fundamentais se expressam, em primeira análise, por modos originais de projeção no espaço. O espaço industrial, ao mesmo tempo, é concentrado e universal. É também, simultaneamente, contínuo e organizado em feixes de relações. (George, s/d, p. 101).

George ainda observa que, no estudo na indústria, “impõe-se uma primeira diferenciação de tipos: a da empresa e do estabelecimento”. A que acrescenta:

O estabelecimento é a unidade concreta de fabricação. Inscreve-se na paisagem geográfica sob a forma de um conjunto, mais ou menos extenso, de construções utilitárias, de emprego unitário, cujo ritmo quotidiano de atividades é marcado pelo fluxo e refluxo dos operários. [...] A empresa é a unidade financeira de produção. É uma forma invisível de organização: sua única manifestação concreta é a domiciliação da sede social. Pode comportar um número qualquer de estabelecimentos situados em locais variados e distintos do sítio da localização da firma social. (George, 1965, pp. 71-72.)

Geralmente, o estudo da geografia econômica se atém ao estabelecimento, do qual deriva o conceito de industrialização, como sendo o aumento e difusão numérica dos estabelecimentos no espaço de um país, e da teoria da indústria, como sendo o estudo dos problemas e características da localização do estabelecimento. Toma, assim, o estabelecimento industrial pela indústria e o fenômeno de industrialização da sociedade conseqüentemente pelo aspecto basicamente estatístico.

No entanto, outras determinantes intervêm na definição do espaço industrial, além das locais. George associa o espaço industrial a quatro características – a concentração, a descontinuidade, a reticulação (feixe de relações) e a universalidade, a que acrescentamos a mobilidade. Cada uma dessas características expressa a ação de uma “lei” espacial: a concentração relaciona-se à economia de escala/aglomeração, a descontinuidade à teoria da localização, a reticulação à divisão territorial do trabalho, a universalidade aos níveis de inserção dos produtos no mercado e a mobilidade à deseconomia de escala/aglomeração.

A concentração refere-se à aglomeração territorial dos estabelecimentos industriais em face da economia de escala/aglomeração. O espaço tem um

preço. Este preço é determinado pelas taxas e impostos que se paga com energia, água, esgoto, coleta de lixo, rede de transportes, comunicações etc. A fim de reduzir ao máximo o peso desse gasto no custo geral da produção industrial, as indústrias buscam compartilhá-lo com outras, assim surgindo a concentração industrial. Também faz parte da escala a sinergia, em que uma indústria se completa na outra pelo compartilhamento dos seus produtos, quando o produto de uma é matéria-prima de outra, levando-as a se localizarem juntas. Daí podermos distinguir quatro tipos de concentração industrial, indo da menor à maior escala de concentração e sinergia: o pólo industrial (geralmente formado por indústrias de um ou poucos ramos, podendo ser mono ou polindustrial), o centro (formado de um número maior de ramos e estabelecimentos), a região (centro industrial ampliado e com uma diversidade de estabelecimentos de quase todos os ramos de indústria) e o complexo (a concentração formada por alto nível de sinergia entre a totalidade dos ramos de estabelecimentos nela localizados, sinergia esta geralmente puxada por um ramo de indústria fortemente germinativo, a exemplo da montagem de automóvel, de cujo produto co-participam quase todos os ramos da indústria moderna).

A descontinuidade refere-se à distribuição das massas da concentração industrial, originada pelas determinações da localização. A teoria clássica, formulada por Alfred Weber em 1909, relaciona a localização industrial à determinação de três fatores: a matéria-prima, o mercado consumidor e a mão de obra. O peso da incidência do custo do fator no custo geral da produção puxa para si a localização. O peso igualizado dos três fatores leva a localização para um ponto intermédio (supondo um triângulo equilátero, seria o ponto do meio), chamado por Weber de ponto ótimo de localização. A rigor, a teoria clássica é uma teoria da determinação do custo do transporte (do deslocamento da matéria-prima ou da mão de obra do seu ponto local para a fábrica ou do produto da fábrica para o mercado de consumo) sobre o custo geral, a localização sendo aquela de menor custo de transferência. A teoria moderna de localização relaciona-se de modo direto ao custo dos meios de transferência (transporte, comunicação e transmissão de energia), vinculando a localização industrial a uma liberação dos constrangimentos locais na medida do desenvolvimento da tecnologia dos meios de transferência no tempo. A determinação locacional diminui, assim, da ditadura do carvão, no tempo da teoria clássica, para a quase liberdade de localização perante o alto nível técnico dos meios de transferência em nossos dias. Esta é, inclusive, a origem da mobilidade e difusão territorial que a indústria apresenta hoje e da globalização.

A reticulação refere-se à organização do espaço industrial em rede pelo efeito da divisão territorial do trabalho e das trocas, em que se incluem as duas "leis" espaciais anteriores. A divisão territorial do trabalho é a ramificação e espacialização produtiva das áreas e setores da indústria, levando estas áreas e setores a se diferenciarem por suas especializações. Esta especialização cria a interdependência e a troca entre as áreas, a exemplo da relação de montante e jusante antes referida, o que organiza as indústrias numa relação em rede dentro de outras redes. A localização economicamente adequada da indústria e a proximidade das localizações tendo em vista a economia de escala fazem as características da concentração e da descontinuidade se organizarem dentro dela, transformando a determinação da distribuição territorial do trabalho e das trocas em uma "lei" de incidência mais ampla.

A universalidade se refere ao nível de inserção de mercado dos produtos. Existem produtos que somente podem ser encontrados no mercado local. Outros que podem ser encontrados nos mercados local e regional. Outros ainda que se encontram nos mercados local, regional e nacional. E há os que podemos encontrar em todos os níveis de mercado. Estes são os produtos universais.

A mobilidade da indústria, por fim, refere-se à deseconomia de escala/aglomeração. Ao ultrapassar o nível ideal de aglomeração, o efeito da concentração sobre o preço do espaço se inverte, tornando-se alto e antieconômico. Então, para fugir da deseconomia, as indústrias migram para áreas novas, onde, com o tempo, vão formar novas concentrações e repetir a deseconomia, num movimento de migração constante. A facilidade da realocação propiciada pelos níveis tecnológicos atuais dos meios de transferência entra aqui com forte dose de influência, criando um quadro de migrações de indústrias em escala e frequência sempre crescente, levando o fenômeno industrial a espalhar-se pelas pequenas cidades e áreas do espaço rural, favorecendo a fusão do campo e da cidade, da indústria e da agricultura, que tem levado à multiplicação das agroindústrias.

Agricultura: o mundo eclético

Se a indústria é vista como fator dinâmico e originador de espaços, a agricultura é vista como sinônimo de tradição e ecletismo.

O mundo da agricultura é governado pela natureza e pela heterogeneidade temporal da história. Daí, sua apreensão obedecer a um critério mais classificatório que explicativo na geografia econômica. Trabalha-se com uma taxonomia agrária (melhor dir-se-ia agrícola) de múltiplos critérios: ora é o critério técnico (os sistemas de cultivo: roça, *plantation*, jardinagem e culturas associadas), ora de

mercado (autoconsumo, mercado interno e mercado de exportação) e ora ainda de organização (administração direta/indireta, propriedade individual/coletiva), na montagem da classificação e formulação do conceito. Existem, assim, pelo conceito estrutural e técnico-agronômico, a policultura e a monocultura, a extensividade e a intensividade, a rotatividade de terras e a rotatividade de culturas, a consorciação e a não-consorciação. Mas tomando por referência o mercado, existem a agricultura das economias e sociedades não comerciais, a agricultura das economias e sociedades de mercado urbano tradicional e a agricultura das economias e sociedades de mercado urbano moderno.

Seja como for, a distribuição locacional da agricultura é vista em função das determinantes de mercado e ecológicas. Pelas determinações do mercado, a agricultura se organiza em áreas concêntricas (Von Thünen chama-as de anéis e os geógrafos americanos de *belts*) ao redor da cidade central, variando o uso do solo de acordo com o efeito da distância sobre o custo do transporte e o valor da terra, e, então, a rentabilidade. No âmbito estrito da agricultura de mercado, as determinações naturais atuam definindo o zoneamento (topografia, solos, agroclimatologia etc.) e o calendário agrícola (clima, sazonalidade). São estas determinações em conjunto que nessa forma de agricultura impõem o tipo de produto que em dado lugar e em dado momento se irá plantar e colher.

Nas sociedades tradicionais, ditas sociedades sem mercado ou de pequena presença deste, é o ambiente natural que orienta quase tão-somente a organização do espaço.

A paisagem dessas duas grandes formas de geografia agrária mostra com evidência essas diferenças. A agricultura de mercado é especializada e se organiza nos quadros de uma divisão territorial de trabalho e de trocas em áreas fortemente competitivas e diferenciadas por seus produtos e interações. É uma paisagem associada à separação entre a cidade e o campo por suas funções econômicas, em geral determinada em seu arranjo e fisionomia pelas necessidades da indústria localizada na cidade, o que vemos. A agricultura tradicional é marcada pelo forte consorciamento das culturas, a que não falta o criatório, em geral determinado pelo que Sorre denomina complexo alimentar (Sorre, 1961). E o que vemos na paisagem é uma agricultura predominantemente de autoconsumo e que marca na paisagem uma fisionomia que se caracteriza pela longa duração.

Comércio e serviços: o elo unitário

O papel de elo interno da divisão do trabalho entre indústria e agricultura cabe às atividades do comércio, dos transportes, das comunicações e

dos serviços. Daquilo que a geografia econômica designa por atividades do setor terciário. O terciário é a correia de transmissão, o elo dinâmico da interação entre os pólos de produção – a agricultura e a indústria – e de conjunto.

A interdependência entre indústria (setor secundário) e agricultura (setor primário) criada pela divisão territorial do trabalho é a origem das trocas, gerando um movimento de fluxo mercantil entre as respectivas áreas, cuja expressão visível é a rede de transportes e comunicações por intermédio da qual o produto de uma chega à outra e a todos os consumidores.

É a cidade que encarna esse elo integrador do terciário, bombeando e organizando o território da divisão do trabalho e das trocas e o fluxo dos produtos do lado agropastoril e do lado industrial, numa hierarquia de circuitos que começa em sua relação com o campo e se alarga para a região, o país e o plano mundial.

Nervo vital da integração entre os espaços articulados pelo setor terciário, a cidade organiza o terciário internamente ao seu espaço, por meio de um equipamento terciário composto pelos diferentes organismos do comércio (lojas, supermercados etc.) e dos serviços (bancos, escolas, hospitais etc.).

Cidade e campo: a divisão territorial do trabalho e a relação escalar

A cidade e o campo são, juntos, a expressão territorial do conjunto dos setores, e refletem a especialização do trabalho entre os setores da indústria e da agricultura. De modo que cidade e campo são as duas partes a partir das quais se divide territorialmente o trabalho. Assim, a cidade e o campo são as partes da unidade espacial em que se envolvem os pólos da esfera da produção (indústria e agricultura) e os pólos da esfera da circulação (comércio, serviços e meios de transferência) como setores da divisão social do trabalho. O intercâmbio indústria-agricultura espacialmente aparece, pois, mediante o intercâmbio entre cidade e campo e daí atinge a totalidade do espaço organizado pela divisão territorial do trabalho.

Esta relação envolvendo a cidade e o campo a partir da relação de troca entre a indústria e a agricultura segue uma evolução histórica diferenciada em três fases: a da separação entre artesanato e agricultura (que dissocia cidade e campo), quando do nascimento do capitalismo; a da consolidação fabril da indústria (que urbaniza a cidade e especializa o campo na agropecuária), na fase madura do capitalismo; e a da industrialização da agricultura (que terciariza a cidade e urbaniza o campo), do atual momento de internacionalização do capitalismo (Moreira, 2006d).

Foi a marcha do tempo, pois, que tornou cidade e campo espaços bem demarcados, diferenciados um do outro por paisagens absolutamente próprias, bastando para tanto olharmos as respectivas fisionomias. A cidade é a área da multiplicidade das atividades econômicas, das grandes aglomerações e densidades de população, do burburinho incessante. O espaço das cidades é descontínuo: as cidades diferem umas das outras no interior da rede interurbana e os bairros são contrastantes uns com os outros dentro de cada cidade.

O tempo da cidade é o tempo da cultura técnica, respirando a cidade uma atmosfera técnico-científica que há muito dissipou a natureza. O perímetro urbano rompe bruscamente com a paisagem urbana e marca a passagem para o campo. O campo é a extensão multicolorida dos grandes cultivos, do *habitat* das grandes paisagens e dispersões humanas, dos movimentos lentos. É a continuidade do silêncio de quando em vez quebrado pelo tráfego das longas e monótonas fitas de estradas que longinquamente apontam para as cidades. O tempo do campo é o peso arrastado dos ciclos da natureza, que comanda o calendário agrícola das safras e das festas mesmo nos quadros da agricultura industrializada.

Só o vaivém ininterrupto do intercâmbio mercantil, sob o agitado comando da cidade, une estes mundos. A fonte dessa hegemonia é o equipamento terciário. O tamanho desse equipamento varia, todavia, entre as cidades, razão pela qual entre as próprias cidades se estabelece uma relação de comando. A hierarquia cidade-campo se reproduz na relação cidade-cidade e região-região a partir do tamanho do equipamento terciário. A cidade comanda com seu equipamento terciário o campo da sua relação. A cidade de equipamento superior comanda o campo da sua relação e a área de comando da primeira, formando-se uma relação cidade-região hierarquizada na hierarquia urbana. Diferentes níveis vão se sucedendo na seqüência do nível do equipamento terciário, compondo-se na subida dessa seqüência da hierarquia urbana uma rede de hierarquia regional polarizada nas cidades que culmina na metrópole nacional, e mesmo extrapola para a escala mundial.

Esta demarcação entre cidade e campo foi projetada, na virada dos séculos XIX-XX, para o plano da relação entre os países, separados territorialmente agora pela divisão internacional do trabalho. Como que reproduzindo em escala mundial a relação interna dos países desenvolvidos, países industrializados (países desenvolvidos) e países agrários (países subdesenvolvidos) vão se relacionar dentro da divisão internacional do trabalho e das trocas numa equivalência de relação campo-cidade.

A designação de países agrários tem origem na economia colonial. De um modo geral, os países subdesenvolvidos são as colônias do passado e os

desenvolvidos são as metrópoles que se industrializaram. O desenvolvimento industrial de antigas metrópoles converteu as antigas colônias em equivalentes de áreas de atividade do campo em relação às quais as metrópoles se reafirmam como equivalentes de cidades, organizando a divisão internacional do trabalho e das trocas nos termos das trocas entre indústria e agricultura.

Dessa forma, os países que se transformaram industrialmente tornaram-se "a cidade", em virtude do caráter dinâmico, relacional, germinativo, universalizante do fenômeno industrial. Já os que se mantiveram atrelados a uma economia de base agrária, arcaica e incapaz de imprimir dinamismo e de encaminhar soluções para os problemas agravados pela explosão demográfica, tornaram-se "o campo".

A industrialização que ocorre em todos os continentes a partir dos anos 1950 e a intensa mobilidade territorial da indústria que ocorre por volta de 1970 iniciam, entretanto, o processo de dissolução das barreiras que demarcam campo e cidade dentro dos países e entre os países e dão origem às relações em rede que recobrem parcelas de espaço em escala do planeta e os levam à globalização.

As fontes e a evolução da concepção de economia na geografia

O conceito de economia da geografia econômica é o que melhor exprime o mimetismo da fronteira. São as idéias das teorias neoclássica e keynesiana que saem direto da economia para a geografia econômica. Vejamos essa passagem.

Da riqueza ao valor-de-troca

A tradição do pensamento humano tem sua raiz mais antiga no conceito de riqueza. A riqueza entendida como tudo que é capaz de contemplar as necessidades dos homens. E natureza e o trabalho entendidos como formas de riqueza inatas. A natureza é a fonte originária das riquezas. O trabalho é a fonte que prepara e disponibiliza a riqueza natural na forma hábil para o consumo humano. Tal o conceito de riqueza nas sociedades antigas.

O nascimento da modernidade troca o conceito da riqueza pelo conceito do valor. Traz uma concepção nova que entende a riqueza como tudo aquilo que apresenta valor para fins de mercado. E, assim, submetidos ao conceito do valor, natureza e trabalho viram fatores de produção definidos no mercado por seu valor monetário.

Desde então, coexistem nas teorias e nas práticas humanas estas duas concepções de riqueza, a idéia de riqueza da tradição, hibernando no interior das

utopias, e a idéia moderna de riqueza como valor, em que tudo é traduzido na água fria do valor-para-fins-de-mercado.

Do valor-de-troca à economia-como-produção-para-o-mercado

O mercado passa, assim, a comandar a relação com a natureza e o trabalho, desenvolvendo, com relação ao valor-de-troca, as atividades de produção e estabelecendo o parâmetro do conceito de riqueza, natureza e trabalho. Nele, é a teoria do valor-de-troca que vai do mercado para a relação da produção e define produção e mercado como sistema-de-valor-para-os-fins-do-mercado.

As próprias sociedades passam a se classificar na história em função do parâmetro do mercado. Existem as sociedades que produzem para subsistência e as sociedades que produzem para o mercado, a passagem de uma a outra marcando o progresso. A base material dessa passagem é o desenvolvimento do nível técnico das atividades, de acordo com o qual se organiza a relação de transformação da natureza pelo homem. Nas sociedades de subsistência, as atividades econômicas se apóiam em níveis técnicos simples e a relação de transformação da natureza por isso limita-se ao que determinam as necessidades do consumo familiar — apenas as sobras do consumo familiar sendo levadas ao mercado para troca. Já nas sociedades voltadas para o mercado, os níveis da tecnologia, dada a própria exigência do mercado, são mais elevados.

A relação de transformação da natureza ganha um horizonte ilimitado, conforme seja o tamanho da demanda e a escala da extensão territorial do mercado. Por isso, a divisão do trabalho é mínima nas sociedades de subsistência, encerrando-se no horizonte das atividades agropastoris, incluindo-se a indústria artesanal. Nas sociedades de mercado, a divisão do trabalho inclui ampla gama de relações de produção e de trocas organizadas com centro na moderna indústria fabril e nas relações de troca desta indústria com a agricultura, articulando a produção e o mercado com base nas relações de troca entre o campo e a cidade, sob o comando desta.

Apoiadas no discurso do progresso, as sociedades baseadas no mercado se difundem e avançam pelos países sobre as ruínas das sociedades de subsistência. Estas sociedades surgem na Europa no correr dos séculos XII ao XIV, ganham força de aceleração a partir do Renascimento, das grandes navegações e grandes descobertas, e evoluem nos séculos XVIII e XIX até se tornarem a forma dominante das sociedades na história.

É esta forma de economia que hoje se globaliza, organizando as relações econômico-sociais nos lugares ainda baseados nas formas econômicas

passadas, e assentando a produção como produção de valor, não mais de riqueza (ou de riqueza vista como valor), como uma economia-inteiramente-volta-da-para-fins-de-mercado.

Da economia como produção-para-o-mercado à economia como uso-racional-dos-fatores-de-produção

Assim, fazer uma sociedade funcionar economicamente passa a ser fazer mobilizar os fatores de produção natureza e trabalho sob o ponto de vista do valor, isto significando racionalizar seu uso em emprego nos parâmetros do custo e da produtividade como parâmetros do preço e fontes da sabedoria do lucro e da acumulação. De forma que surge o entendimento da economia-como-produção-para-o-mercado tal qual uma economia-do-uso-racional-dos-fatores-de-produção. E o entendimento da racionalidade como sinônimo de perda mínima e retorno máximo do dinheiro gasto na obtenção e uso dos fatores de produção, dinheiro e organização racional recebendo o nome de fator capital.

Pensar a teoria econômica é teorizar o encontro racional dos fatores terra (a natureza), trabalho (o homem) e capital (a empresa): a natureza é o fator recursos naturais (a contar dos solos, das matérias-primas e das fontes de energia) e está na base das atividades da agricultura, pecuária, do extrativismo e sobretudo da indústria; o homem é o fator mão-de-obra que move a natureza em todas as atividades; e o capital é o fator organização que integra unidades de espaço mediante a divisão territorial racional do trabalho. O balanço do rol dos recursos naturais e da mão-de-obra disponíveis e das estimativas de tempo dos respectivos usos é, assim, o primeiro mandamento dessa escola de economia. E o custo operacional é o seu objetivo, o que significa o primado do fator capital, ou seja, da empresa, junto aos demais fatores.

Da economia como uso-racional-dos-fatores-de-produção à economia-comandada-pelo-custo-do-dinheiro

Racionalidade nessa escola econômica é sinônimo de econometria. Portanto, sinônimo do elenco de instrumentos de medida cujo primeiro parâmetro é o preço do dinheiro. A medida de um bem pelo outro deve ser feita na justa medida dos custos e do preço, e o quanto custa o dinheiro é a referência da medida. De maneira que a moeda, isto é, o dinheiro em sua forma concreta, variável em forma e valor de país a país, é a fita métrica que a humanidade deve usar em vista da determinação da medida justa do valor-dinheiro no momento das trocas no mercado. Cada bem econômico deve ser

vendido e comprado no mercado em função do seu custo e do seu preço, um valor medido em quantidade de moedas. Trocam-se assim os bens, trocando-se cada qual pela quantidade real de moedas que ele vale.

Tal presença mediadora que faz da moeda – não da natureza e do trabalho – um valor-equivalente do valor real de cada bem acaba por fazer dela a viga mestra da organização da própria sociedade alicerçada numa economia do mercado. De modo que a economia-dos-fatores-de-produção se transfigura no mercado como uma economia-comandada-pelo-preço-do-dinheiro. Surge assim a noção da economia como uma atividade dinâmica de trocas, organizada no mercado pelo valor simbólico do dinheiro, a moeda, que vira sinônimo da própria riqueza, e a racionalidade monetária assumindo a própria lógica imanente da história perante os homens.

Da economia-comandada-pelo-custo-do-dinheiro às teorias de espaço e localização

É esta racionalidade do preço do dinheiro que passa a comandar a organização do espaço. E é a geografia a ciência que estuda tal organização. Daí que seu núcleo de referência seja a teoria da localização. A teoria de localização vira a designação geral que recebe todos os modelos referidos à organização racional do espaço, ou espaço visto a partir da racionalidade do mercado indicado no lugar central ocupado pela cidade. É assim desde a teoria dos anéis agrários de Von Thünen, de 1826, até a teoria dos pólos de crescimento de François Perroux, de 1966, passando pela teoria da localização industrial clássica de Alfred Weber, de 1909. Todas informadas no chamado *minimax*, uma espécie de conceito geral que define os parâmetros do espaço na economia de mercado – minimização dos custos para uma maximização dos lucros –, a economia-comandada-pelo-preço-do-dinheiro se transformando na geografia econômica.

Para a crítica do conceito de economia na geografia

Assim, a sociedade é vista na geografia econômica como um mundo instituído pela e com raiz mercantil. Do mercado vem a lógica das relações e a valoração das coisas. E do mercado vem a essência da linha que costura o pensamento geográfico em sua afirmação do espaço como terreno da organização econômica racional da sociedade.

A raiz: o conservadorismo neoclássico e keynesiano

Com a evolução da teoria econômica, entretanto, a geografia econômica torna-se uma combinação da economia neoclássica, a forma conservado-

ra que o liberalismo adquire entre 1870 e 1912, e da economia keynesiana, a forma social-democrática que incorpora e reformula os parâmetros do marginalismo econômico a partir da crise dos anos 1930, hoje atropelados pela economia neoliberal.

A partir dos anos 1970, é esta combinação o objeto da crítica da teoria do espaço na geografia, seja pela reiteração do discurso da racionalidade por meio da geografia quantitativa, retirada da teoria neoclássica, seja pela reiteração da ação do Estado, retirada da economia keynesiana.

A doutrina neoclássica é a teoria da economia como fenômeno mercantil regido pelo valor-utilidade-marginal. É o pensamento econômico que rompe na passagem do século XIX para o XX – no momento em que o positivismo se institui e se generaliza como concepção de mundo – com a teoria do valor trabalho da economia clássica. Seus formuladores originários são o inglês Stanley Jevons (1835-1882), o austríaco Carl Menger (1840-1921) e o francês Léon Walras (1834-1910).

Todavia, sua raiz é o conceito de rendimento decrescente que David Ricardo formula dentro da economia clássica, no contraponto com a teoria da renda fundiária de Thomas Robert Malthus (1766-1834), e chega aos neoclássicos como teoria do valor-utilidade-marginal.

Por utilidade, a doutrina neoclássica entende o grau de satisfação que dado bem ou serviço proporciona ao seu consumidor e, por utilidade marginal, o grau limite (margem) dessa satisfação. É este limite que leva à maximização da utilidade e referencia o valor, que a teoria neoclássica denomina valor-utilidade-marginal, determinando o preço geral dos bens e serviços.

Ao romper com a teoria do valor trabalho dos clássicos, os neoclássicos erigem, assim, uma concepção completamente divergente e, em pontos essenciais, até oposta à concepção ricardiana. Há, na verdade, uma seqüência de rupturas. Uma primeira se dá com a substituição da abordagem macro (relações das contas nacionais) pela abordagem micro (relações de mercado das empresas), deslocando-a do conjunto do sistema para o nível individual da empresa, daí ver o fator capital e a empresa como sinônimos. Uma segunda se dá no abandono da análise clássica que partia da esfera da produção para chegar às explicações das relações da esfera da circulação, explicando uma em função da outra, para restringi-la ao mundo único das relações de troca. Uma terceira vem na forma da substituição do homem como sujeito social da história pela figura da subjetividade psicológica, proclamando a soberania do consumidor. Uma quarta exprime-se na idéia de que as determinações da economia partem de condições já dadas no mercado. Uma quinta relaciona-se à

consideração de que a função produtiva vem da reunião dos fatores terra e trabalho pelo capital-empresa. E, por fim, uma sexta ocorre com o entendimento de que da maximização das satisfações resulta a harmonização mercantil da sociedade.

Estamos, portanto, longe do pensamento clássico de Smith e Ricardo, embora a doutrina neoclássica parta deste último. Mas o que em Ricardo é um aspecto – ainda que essencial – da teoria do salário, do lucro e da renda, da acumulação capitalista em suma, com os neoclássicos adquire o caráter de essência mesma do fato econômico.

Na teoria neoclássica, os sujeitos são indivíduos genéricos, definidos como consumidores e produtores que se movem ao redor da maximização das satisfações (utilidade marginal). Reside nesta concepção do movimento da história a diferença radical da teoria clássica com a neoclássica, visto que para os clássicos o processo econômico é uma relação tripartite entre a classes dos capitalistas, a classe dos trabalhadores e a classe dos proprietários fundiários. Uma relação de contradição que se resolve na produção do excedente e sua desigual repartição no lucro do capitalista, no salário do trabalhador e na renda do proprietário fundiário, esta última atuando como pesado fardo para capitalistas e trabalhadores ao determinar em concomitância tanto o valor dos salários quanto o valor do lucro. Na teoria neoclássica, tal historicidade das relações econômicas praticamente desaparece, dando lugar à naturalidade do já dado no mercado. E com a naturalidade da história desaparecem os sujeitos, como seres sociais e contraditórios.

Para a teoria neoclássica, todos os indivíduos no fundo são proprietários de capital. Terra, capital e trabalho são tipos de capital, que diferem em sua forma: o capital natural, o capital propriamente dito e o capital pessoal, respectivamente. A atividade econômica consiste em os indivíduos-capitalistas oferecerem os serviços de seus respectivos capitais, formando o mercado dos fatores, que, no âmbito das empresas, produzem os bens levados ao mercado, remunerando-se os fatores. A concorrência, pautada na utilidade marginal, determina os preços e o seu estado geral de equilíbrio. Gera-se, assim, uma relação capital-rendimento que reparte a riqueza social entre os fatores, em função dos respectivos rendimentos do capital: a renda ao fator terra, o lucro ao fator capital e o salário ao fator trabalho. Uma relação que faz da economia um movimento de consumidores e produtores e da sociedade um mundo de harmonia mercantil.

São estes parâmetros que se traduzem nas “leis” espaciais com as quais a geografia da indústria opera seu entendimento. E, por intermédio das interações espaciais promovidas pela racionalidade industrial, organiza o espaço a partir da divisão territorial do trabalho.

Deste modo, são os parâmetros que, dado o caráter dinâmico da indústria na formação do espaço moderno, a geografia industrial empresta às demais geografias humanas sistemáticas, formando o núcleo racional do estudo da organização da agricultura e do papel articulador do setor terciário, legitimando a teoria da relação da cidade com o campo e toda a hierarquia de regiões e cidades contida na teoria da região polarizada.

A reformulação keynesiana

A teoria neoclássica é filha da *Belle Époque*, a sociedade burguesa triunfante da virada dos séculos XIX-XX. A eclosão da guerra e a revolução socialista russa de 1917 abalam a ordem burguesa, rachando os alicerces da noção neoclássica do mercado perfeito. E o arsenal teórico da doutrina neoclássica não explica e não dá saída prática para questões candentes como o desemprego em massa, a inflação galopante, a queda generalizada do crescimento, a depressão, a crise que então se alastra.

Já de algum tempo vinha o pensamento neoclássico sofrendo reformulações de parte dos seus próprios críticos e seguidores (Wicksel, Böhm-Bawerk, Pigou, Pareto, Schumpeter). No entre-guerras, estas críticas crescem, até chegarem à completa reformulação do arcabouço neoclássico pelo economista inglês John Mainard Keynes (1883-1946).

A reformulação keynesiana se dá, sobretudo, quanto à tese neoclássica da capacidade do mercado por si só equilibrar o sistema econômico como um todo. Para Keynes, as regras do mercado necessitam se apoiar em forças externas a fim de estabelecer o funcionamento dinâmico do sistema econômico pelo pleno emprego dos recursos. Advoga, então, a intervenção do Estado e sua transformação em *welfare state* (o Estado do bem-estar social).

O cerne teórico do keynesianismo é a presença do Estado na tessitura do pleno emprego mediante a criação das condições da demanda efetiva. Keynes não propõe a abolição e substituição das regras do mercado pela intervenção estatal. Antes, não vê contradição nessa relação mercado-Estado que preconiza, muito menos qualquer abandono dos preceitos do liberalismo. Coloca o Estado no anteparo das ações do mercado, corrigindo suas distorções e mesmo criando e revitalizando o mercado onde isto se mostre necessário. E é isto, no fundo, a teoria do pleno emprego, a força máxima que o Estado pode imprimir à economia do mercado.

Para que o pleno emprego ocorra é necessário que se compatibilize poupança e investimento, uma vez que deve entender-se por poupança aquilo que se deixou de gastar com consumo para injetar-se na economia como

investimento. O Estado deve estimular esta relação poupança-investimento, ele mesmo poupando e realizando investimentos nos pontos do sistema econômico que provoquem o pleno emprego geral. E o motor do pleno emprego é o conjunto das políticas públicas capazes de imprimir um desenvolvimento geral e equilibrado da economia de cada país, impossível de acontecer sem a infraestrutura que por meio dessas políticas públicas é imprimida pelo Estado.

São as idéias keynesianas as que se mundializam a partir dos anos 1940-1950, multiplicando-se sob diferentes formulações: a teoria dos setores, do economista australiano Colin Clark; a teoria da civilização industrial, do economista e sociólogo francês Jean Fourastié; a teoria dos pólos de crescimento, do economista francês François Perroux; a teoria do planejamento estatal, a teoria do *welfare state* e, por fim, a teoria do subdesenvolvimento.

Se a geografia econômica tira a teoria do *minimax* da economia neoclássica, a teoria do subdesenvolvimento vem claramente da economia keynesiana. A teoria keynesiana da intervenção do Estado por meio do planejamento econômico, via políticas públicas, tem sua maior expressão justamente nos países recém-libertos da dominação colonial a partir dos anos 1940-1950. Aqui, a ação do Estado é vital. O fraco índice da industrialização traduz-se na precariedade da infra-estrutura e do dinamismo mercantil, e cabe ao Estado empreendê-las, uma vez que o problema do subdesenvolvimento é mais o de como desenvolver uma economia industrial de mercado que o de como organizar o fluxo das trocas pelas regras livres do mercado.

O fato é que nestes novos países as regras do mercado são mais que insuficientes para resolver os problemas do crescimento econômico com pleno emprego dos recursos. E a intervenção do investimento público mediante a criação da infraestrutura requerida pela industrialização é o único caminho capaz de levar esses países na senda do que os tire do estado do subdesenvolvimento. Nasce, assim, a teoria do subdesenvolvimento, que mostrará extraordinária força ideológica nos chamados países do terceiro mundo de 1950 a 1980 — a ponto de nas décadas de 1950-1960 neles se tornar a própria ideologia do Estado (o nacional-desenvolvimentismo no Brasil) —, e de que geógrafos como Yves Lacoste mostrar-se-ão os grandes teorizadores.